

A audiodescrição em “A Cinderela dos Cajueiros”: literatura infantil acessível para crianças cegas

Liliam Cristina Marins e Gabriela de Souza Marques Valdevieso

Liliam Cristina Marins

Universidade Estadual de Maringá – Maringá, PR, Brasil

E-mail: liliamchris@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9954-4985>

Gabriel de Souza Marques Valdevieso

Universidade Estadual de Maringá – Maringá, PR, Brasil

E-mail: gsmarqueslp@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8842-1931>

Resumo: Este artigo objetiva analisar a audiodescrição da obra infantil “A Cinderela dos Cajueiros” (2022), de Severino Rodrigues, ilustrada por Rodrigo Mafra. A obra, ao propor uma releitura do conto de fadas Cinderela, apresenta elementos culturais e sociais que deslocam a narrativa para o contexto brasileiro, especialmente das regiões Norte e Nordeste. A análise fundamenta-se, teórico-metodologicamente, nos Estudos Pós-Modernos da Tradução e nas discussões sobre audiodescrição como prática intersemiótica e recurso de acessibilidade, considerando aspectos relacionados à linguagem, à construção de sentidos e às possibilidades de ampliação do acesso à literatura por públicos com deficiência visual.

Palavras-chave: Literatura infantil; audiodescrição; formação leitora; acessibilidade.

Audio description in “A Cinderela dos Cajueiros”: accessible children’s literature for blind children

Abstract: This article aims to analyze the audio description of the children’s book “A Cinderela dos Cajueiros” (2022), written by Severino Rodrigues and illustrated by Rodrigo Mafra. As a retelling of the fairy tale Cinderella, the work presents cultural and social elements that relocate the narrative to the Brazilian context, particularly to the North and Northeast regions. The analysis is theoretically and methodologically grounded in Postmodern Translation Studies and in discussions of audio description as an intersemiotic practice and an accessibility resource, considering aspects related to language, meaning-making, and the possibilities of expanding access to literature for visually impaired audiences.

Keywords: Children’s literature; audio description; reading development; accessibility.

La audiodescripción en “A Cinderela dos Cajueiros”: literatura infantil accesible para niños ciegos

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar la audiodescripción de la obra infantil “A Cinderela dos Cajueiros” (2022), de Severino Rodrigues, ilustrada por Rodrigo Mafra. Al proponer una relectura del cuento de hadas Cenicienta, la obra presenta elementos culturales y sociales que desplazan la narrativa al contexto brasileño, especialmente a las regiones Norte y Nordeste. El análisis se fundamenta, desde una perspectiva teórico-metodológica, en los Estudios Posmodernos de la Traducción y en las discusiones sobre la audiodescripción como práctica intersemiótica y recurso de accesibilidad, considerando aspectos relacionados con el lenguaje, la construcción de sentidos y las posibilidades de ampliación del acceso a la literatura para públicos con discapacidad visual.

Palabras clave: Literatura infantil; audiodescripción; formación lectora; accesibilidad.

Introdução

Inicialmente, a literatura infantil e juvenil esteve diretamente ligada a objetivos pedagógicos, pois, como destaca Coelho (1987), esse tipo de texto era um instrumento eficaz para ensinar normas e regras sociais às crianças. Tanto o aspecto pedagógico como o fato de ser direcionado para crianças fizeram com que este subsistema literário fosse desvalorizado artisticamente e esteticamente.

Segundo Zilberman (2003, p. 34), a falta de legitimação sociocultural fez com que a literatura infantojuvenil não tivesse a oportunidade de participar “do reduto seletivo da literatura”. No entanto, seu reconhecimento como um instrumento que permite a experimentação autônoma do mundo foi o marco para que o texto literário passasse a ser abordado como um mediador entre a criança e o mundo, o que influenciou, como desdobramento, sua valoração.

A partir desta nova concepção da literatura infantojuvenil, a presença de ilustrações que dialogavam com o verbal, assim como um projeto gráfico esteticamente relevante, elevaram o patamar desse subsistema para uma nova fase (Turchi, 2002). O objetivo da literatura passou a contemplar a promoção de reflexões, a expansão do olhar sobre a vida, o alargamento da visão de mundo e a ampliação de conhecimentos pelos leitores no diálogo entre a palavra e a imagem.

Ao levar esta perspectiva em consideração, não se pode, assim, ter acesso pleno à literatura infantil apenas considerando a leitura da palavra escrita, pois a ilustração passou a compor a história, alargando os sentidos verbais. Entretanto, como as imagens são, pela ordem vigente, acessadas exclusivamente pela via visual, entende-se que, para que o direito de acesso a obras literárias verbo-visuais e/ou imagéticas seja garantido a todas as pessoas, enxergantes e cegas, a formação leitora não deve ser discutida apenas segundo uma perspectiva ocularcêntrica, que depende única e exclusivamente da visão, mas também por sentidos outros, como o auditivo.

O ocularcentrismo¹, segundo Oña (2019), refere-se à centralidade da semiose imagética nas mais diversas práticas sociais e discursivas, ao mesmo tempo em que concebe a visão como sentido predominante para o acesso a essas formas de significação. No campo da audiodescrição, essa perspectiva também tem sido problematizada por pesquisadores brasileiros, como Silva (2019), que discute o visocentrismo como um dos paradigmas ainda presentes na prática tradutória e defende a necessidade de superá-lo em favor de abordagens mais alinhadas às experiências perceptivas do público com deficiência visual.

A subversão dessa ordem, de caráter historicamente associado à colonialidade, conforme Ferrari (2023), consiste em recuperar e valorizar outros modos de percepção, como as vias auditiva e tátil, ampliando as formas de acesso às imagens e, por conseguinte, à leitura de obras literárias multissemióticas. A autora, inserida no campo dos Estudos Críticos da Deficiência, encontra respaldo nas chamadas “epistemologias do Sul”, que segundo Nunes (2009, p. 233), são algo “indissociável de um contexto histórico em que emergem com particular visibilidade e vigor novos atores históricos no Sul

¹ O ocularcentrismo refere-se à valorização da visão como o sentido predominante na construção do conhecimento e na interpretação da realidade, em detrimento de outras formas de percepção, como a auditiva e a tátil.

global, sujeitos coletivos de outras formas de saber e de conhecimento que, a partir do cânone epistemológico ocidental, foram ignorados, silenciados, marginalizados”. Nesse sentido, entende-se que privilegiar a visão, ou sobrepô-la enquanto via sensitiva principal para a percepção da realidade e leitura do mundo, seria contrapor-se a um viés decolonial no âmbito tradutório.

O objetivo deste artigo é, assim, analisar a audiodescrição, no que diz respeito ao acesso à literatura infantil e à formação leitora de crianças cegas, da obra infantil “A Cinderela dos Cajueiros”, de Severino Rodrigues, com ilustrações de Rodrigo Mafra, da Editora Elo. Como objetivos específicos, o trabalho conceitua o que é a audiodescrição como recurso de acessibilidade, traz à baila a questão do ocularcentrismo enquanto fenômeno social e destaca a importância de uma busca por uma ecologia de saberes – como propõem Nunes (2009) e Boaventura de Sousa Santos (2009), ao tratarem das epistemologias do sul –, a partir de obras literárias infantis acessíveis a crianças cegas e a quem mais esse tipo de literatura possa interessar.

A concepção de literatura, materializada em “A Cinderela dos Cajueiros”, distancia-se de uma concepção tradicional e clássica do gênero como aquele expresso pelo verbo, acessado via mídia impressa e representante de histórias do norte global e de minorias hegemônicas, e aproxima-se de uma visão mais expandida, pois esse conto não apenas promove uma cor local ao conto estrangeiro, como também traz visibilidade às cinderelas do Sul: meninas do norte e nordeste do Brasil que vivem, à sua maneira, a história de Cinderela. Além da temática contribuir para a valorização de histórias e identidades do norte e nordeste do país, ainda contempla a audiodescrição como ferramenta de acessibilidade, configurando-se, portanto, uma dupla tentativa de subversão à ordem social – e discursiva – vigente. Justifica-se, assim, sua relevância sócio-histórica e cultural, além da escolha de tomá-la como objeto deste estudo.

A estética da literatura infantojuvenil e a formação leitora de diferentes corpos

Até o século XVII, entendia-se que a ilustração deveria ser uma mera extensão e complemento da linguagem verbal, como um mero adorno da palavra escrita. Desde a nova roupagem conferida à literatura infantojuvenil na década de 1970, a qual se distanciou de um tom utilitário e pedagogizante, a convergência entre ilustração, texto e projeto gráfico passou a ser uma das características mais incisiva na constituição e aceitação de obras voltadas para crianças e jovens no mercado e nas instituições que reconhecem sua qualidade enquanto produto cultural. Premiações voltadas especificamente para o trabalho com a ilustração possibilitaram que a arte com a linguagem não-verbal também pudesse alcançar um estatuto tão importante quanto àquele da linguagem não-verbal. Para Turchi (2002, p. 27), “o estreitamento entre a imagem visual e a palavra é o modo como o estético se manifesta, na atualidade, na literatura infantil.”

Esse estreitamento é fundamental para que haja a materialização do discurso literário infantil por meio do simbólico, que é resultado da interação entre linguagem não-verbal e enunciado, pois o verbal cria imagens, assim como a ilustração cria o verbo. Como desdobramento, nasce a interpretação, que não existe destituída dessa relação (Coito, 2015) e em livros literários infantojuvenis, as ilustrações,

juntamente com o projeto gráfico, são elementos complementares à produção de sentidos. Isso significa que o livro infantil é um material verbo-visual que não pode ter essa relação intersemiótica rompida.

No entanto, como passamos de uma sociedade grafocêntrica a uma sociedade predominantemente ocularcêntrica no último século, como se dá esta constituição verbo-visual da literatura infantojuvenil para corpos que não recorrem à visão como o principal meio de acesso à produção de sentidos? Crianças cegas também têm o direito de serem formadas leitoras a partir do acesso à literatura contemporânea, mas, sem os recursos adequados, esta formação fica impedida.

A fim de proporcionar às crianças cegas condições de acesso à literatura e à sua formação enquanto leitoras de forma justa, assim como ocorre com as crianças enxergantes, é necessário recorrer a outros sentidos, como o tato, por meio do braile, ou a audição, por meio da audiodescrição². Infelizmente, a produção de materiais com o recurso braile é bastante dispendiosa, de acordo com a Enap (2020). Já a produção de um livro falado é mais acessível em termos de acesso (que pode ser digital) e de baixo custo.

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), em seu capítulo II, artigo 68,

O poder público deve adotar mecanismos de incentivo à produção, à edição, à difusão, à distribuição e à comercialização de livros em formatos acessíveis, inclusive em publicações da administração pública ou financiadas com recursos públicos, com vistas a garantir à pessoa com deficiência o direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação.

Assim, entende-se que o acesso à literatura por pessoas cegas é um dever do Estado, assegurado pelo referido Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015) e, em certa medida, já também preconizado pela Constituição Federal do Brasil (Brasil, 1988), quando se declara o papel do Poder Público de promover o acesso à educação e à cultura a todos os cidadãos. Diante disso, inclui-se, como parte desse direito, o fomento a estudos científicos que produzam conhecimentos acerca da acessibilidade a livros dos mais diversos tipos e aos mais distintos públicos, como o presente trabalho.

No que se refere à acessibilidade, é importante considerar não apenas a presença da audiodescrição, mas o conjunto de recursos que possibilitam o acesso ampliado à obra. No caso de “A Cinderela dos Cajueiros”, da Editora Elo, a acessibilidade para crianças com deficiência visual concentra-se na disponibilização da versão digital com audiodescrição. Não foram identificadas, até o momento, versões alternativas em braile ou em formato impresso com fonte ampliada, tampouco edições que contemplem recursos táteis para exploração das ilustrações. Tal configuração evidencia avanços no que diz respeito à incorporação da audiodescrição, mas também aponta para limites no atendimento a diferentes perfis de leitores com deficiência visual, especialmente aqueles que se beneficiam de suportes multissensoriais ou de materiais físicos acessíveis. Nesse sentido, a ampliação dos recursos de acessibilidade, como a oferta de versões em braile, edições com fonte ampliada e a

² Em geral, a AD é criada para ser vocalizada através de voz humana. Entretanto, há casos nos quais ela não é vocalizada. Há livros em braile que contêm ADs das ilustrações também em braile.

incorporação de elementos táteis nas ilustrações, poderia contribuir para tornar a obra mais inclusiva, contemplando uma diversidade maior de experiências leitoras.

No entanto, apesar de a legislação vigente assegurar tais direitos, segundo Sá (2020, p. 5), “ainda existe uma lacuna na oferta de livros acessíveis para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e mobilidade reduzida”. Nesse sentido, é válido mencionar que a ausência de obras acessíveis consiste não somente na ausência de audiodescrição à semiose imagética que as integra, mas, por vezes, na ineficácia da tradução intersemiótica dessas imagens – o que envolve um conjunto de fatores os quais não cabe discorrer neste trabalho, haja vista os objetivos e interesses aqui propostos.

No que diz respeito à falta de audiodescrição, embora seja muito comum encontrarmos à nossa disposição na contemporaneidade audiolivros, inclusive, do gênero literário, são poucos os materiais deste universo que disponibilizam também audiodescrições das imagens que compõem sua materialidade, em especial, para o público infantil. Segundo a Enap (2020, p. 5),

No Brasil, ainda existe uma lacuna na oferta de livros acessíveis para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e mobilidade reduzida. A discriminação por ausência de acessibilidade está presente até nos territórios institucionais onde se trabalha com o atendimento de pessoas com deficiência e onde, muitas vezes, não há oferta de livros e leituras em todos os formatos acessíveis. Pessoas com deficiências acabam discriminadas, impossibilitadas de acessar a literatura.

Diante da escassa produção de livros literários audiodescritos pelo mercado editorial – que vai na contramão dos dados apontados pelo último censo do IBGE, realizado em 2023, o qual contabiliza mais de seis milhões de pessoas com deficiência visual no Brasil –, projetos idealizados pela iniciativa privada, por instituições governamentais e por algumas associações que defendem as causas de Pessoas com deficiências (PcD) contribuem na disponibilização deste recurso. Os recursos de acessibilidade são necessários, considerando que

O acesso à literatura, ao livro e à leitura é fundamental para assegurar os direitos humanos fundamentais às pessoas, como educação, cultura, lazer, acesso à informação, liberdade, opinião e expressão. As pessoas são influenciadas pelos conteúdos que acessam diariamente. Portanto, garantir o acesso à literatura é necessário para formação de uma nova geração mais autêntica, reflexiva, argumentativa e consciente dos seus direitos (Enap, 2020, p. 5).

Como a literatura infantil se vale da construção verbo-visual para sua constituição, a audiodescrição das ilustrações que tipicamente compõem esse tipo de material é uma condição sine qua non na formação leitora da criança, pois crianças cegas ou com baixa visão, mas também autistas

e disléxicos, são beneficiadas com o recurso que traduz intersemioticamente imagens em palavras narradas³.

Audiodescrição enquanto ferramenta tradutória de acessibilidade e a busca por uma ecologia de saberes

Em meados do século XX, o linguista russo Roman Jakobson elaborou o ensaio “Aspectos linguísticos da tradução”, posteriormente reunido na obra “Linguística e Comunicação”. Nesse texto, o autor distingue três tipos de tradução, dentre os quais se destaca, neste trabalho, a tradução intersemiótica, que, segundo o estudioso, “consiste na interpretação dos signos verbais por meio de um sistema de signos não verbais” (Jakobson, 2003, p. 65).

Desse momento histórico para cá, os estudos tradutológicos passaram por desdobramentos, e a própria noção de tradução modificou-se ao longo das décadas. A definição de Jakobson (2003) acerca da tradução intersemiótica permanece viva, mas, em uma perspectiva pós-moderna, na qual se apoia teórico-metodologicamente o presente trabalho, configura-se trabalho ainda mais potente e desafiador. Potente, porque pode contribuir para a democratização do acesso à literatura (como veremos aqui); desafiador, porque representa um processo de construção de sentidos que vai além de uma mera transferência de significados de um meio para outro. Desse pressuposto, decorre a ideia de expansão interpretativa⁴ na tradução, cunhada por Marins (2023), que compreende que a prática tradutória deve visar à ampliação das interpretações.

A ideia de expansão proposta por Marins (2023) parte do pressuposto dos estudos pós-modernos da tradução de que não se deve buscar, em um processo tradutório, a equivalência de sentidos, pois a tradução não se trata de uma transferência, e sim de um processo de travessia, no qual, com base em Arrojo (2006) e Berman (2007), dialogam sujeitos, tempos e espaços distintos. No caso da tradução intersemiótica, há, ainda, mais complexidade, segundo Plaza (2013), pois também entram em cena, a partir da interpretação do sujeito tradutor, dois sistemas de signos e seus funcionamentos específicos.

É válido mencionar que o conceito de audiodescrição relaciona-se diretamente ao de tradução intersemiótica, mais especificamente, de tradução audiovisual, pois consiste na transposição de um enunciado visual e/ou verbo-visual para um enunciado verbal, a ser acessado pela via auditiva. Conforme Costa (2014), além de um processo tradutório, a audiodescrição é, antes de tudo, um recurso de acessibilidade, já que promove o acesso a leitores não enxergantes – e a quem mais possam

³ A audiodescrição não beneficia exclusivamente pessoas com deficiência visual ou transtornos do desenvolvimento. O recurso também pode favorecer, por exemplo, crianças em processo inicial de alfabetização, leitores em formação com baixo repertório imagético, aprendizes de língua adicional, pessoas idosas, bem como o público em geral, ao favorecer a explicitação verbal de elementos visuais. Ademais, pode contribuir para a mediação de leitura em contextos pedagógicos, ampliando as possibilidades de compreensão e interpretação do texto verbo-visual.

⁴ Entende-se por expansão interpretativa o conjunto de acréscimos de sentido produzidos no processo tradutório que ultrapassam a informação estritamente presente no enunciado de partida, resultando em inferências, explicitações ou complementações que orientam a leitura do receptor.

interessar – a enunciados que lhes seriam intangíveis se apresentados somente na modalidade imagética.

Em linhas gerais, a audiodescrição é recente no Brasil e, como qualquer processo tradutório que se proponha à ampliação de sentidos, demonstra-se árduo por natureza. Isso pela necessidade de conciliar teoria e prática na formação do sujeito tradutor e, no caso específico da audiodescrição, de lidar com as diferentes barreiras atitudinais, como descreve Costa (2014), que interpelam o fazer tradutório com vistas à promoção de acessibilidade a pessoas cegas.

A acessibilidade deve ser considerada de forma integral, aplicada a todos os espaços e dedicada a todas as pessoas. No âmbito da Linguística Aplicada, especialmente nos Estudos da Tradução, as pesquisas sobre audiodescrição vêm sendo desenvolvidas desde meados dos anos 2000, com intensificação a partir do final da década. Inicialmente voltados, em grande parte, às produções audiovisuais, esses estudos rapidamente se diversificaram, passando a abarcar diferentes gêneros e suportes, como programas de televisão, peças teatrais, espetáculos de dança, obras de arte, materiais didáticos, eventos esportivos e histórias em quadrinhos, entre outros. Nesse contexto, trabalhos como os de Praxedes Filho, Santos e Farias Júnior (2017) e Praxedes Filho, Araújo e Claudino (2019) integram esse movimento de ampliação do escopo investigativo da área. Assim, todo acontecimento ou evento que se apresente na forma visual e/ou verbo-visual é passível de ser audiodescrito.

Tornar enunciados imagéticos tangíveis a pessoas cegas é, em primeiro lugar, uma forma de justiça social. Ademais, não se pode negar que se trata, ainda, de uma subversão da ordem social – e discursiva –, que coloca a deficiência no lugar da diferença – e não da diversidade –, embebida em um viés capacitista, como se observa na contracartilha do Comitê Deficiência e Acessibilidade da Associação Brasileira de Antropologia (ABA, 2020).

O capacitismo materializa-se em um conjunto de barreiras descritas por Costa (2014), que negam o direito de acesso à informação e à cultura, quando, por exemplo, não se disponibiliza audiodescrição dos mais diversos enunciados de caráter imagético e/ou verbo-visual nos mais diferentes campos de atividade humana. Ao analisar a audiodescrição da obra “A Cinderela dos Cajueiros”, de Severino Rodrigues, este trabalho busca visibilizar tais práticas tradutórias, de modo a demonstrar aspectos de caráter tradutório e, por conseguinte, sócio-histórico que as atravessam e a defender a audiodescrição como uma forma de promoção da ecologia de saberes.

A ecologia de saberes, proposta por Sousa Santos (2009) e, também, defendida por Ferrari (2023), mostra-se uma ferramenta potente para a subversão da ordem ocularcêntrica. Embora Sousa Santos (2009) não atue, especificamente, no campo de Estudos Críticos da Deficiência, seus pressupostos acerca de como alguns saberes têm mais espaço e privilégios do que outros na sociedade contemporânea possibilitam pensar que, de maneira análoga, a deficiência é vista sempre em detrimento de um mundo “normal” e “perfeito”, ao qual precisaria constantemente se equiparar.

O ocularcentrismo, por seu turno, aqui já mencionado, é um fenômeno atrelado às mais diversas práticas de uso da linguagem. Isso porque, de acordo com Oña (2019), consiste na valorização não só da imagem enquanto semiose presente nos mais diversos enunciados da cultura, mas também, de

maneira consoante, de privilégio da visão como via sensitiva principal e, por vezes, exclusiva de percepção da realidade e de produção de sentido(s).

Um mundo de saberes mais ecológicos contrapõe-se a essa ideia e busca, pois, uma superação das hierarquias, de modo que as diferentes formas de ser, de viver e de aprender sejam igualmente valorizadas e postas em diálogo horizontal, como propõe Nunes (2009) ao referir-se às epistemologias do Sul. O presente trabalho, fundamentado nos estudos pós-modernos da tradução, como o trabalho de Marins (2023), e em estudos críticos, como os de Sousa Santos (2009) e de Ferrari (2023), almeja visibilizar, dentre outros interesses já assinalados, a prática audiodescritiva enquanto forma outra de ler e de produzir sentidos, corroborando a importância da busca por justiça social a partir da subversão de uma ordem ocularcêntrica vigente.

Audiodescrição em “A Cinderela dos Cajueiros”

Este estudo, inserido no paradigma interpretativista e de caráter qualitativo (Lincoln; Guba, 2006), caracteriza-se como uma pesquisa discursivo-semiótica, na medida em que considera a produção de sentidos a partir da articulação entre diferentes sistemas de signos (verbal, visual e sonoro) no contexto da audiodescrição. O corpus da pesquisa é constituído por duas imagens da obra “A Cinderela dos Cajueiros” (2022), selecionadas por sua relevância para os objetivos do estudo. Para a análise da audiodescrição da obra, foram recortadas imagens que apresentam elementos-chave à compreensão do texto literário: o cajueiro e a personagem principal, a Cinderela dos cajueiros.

Dadas as limitações de espaço deste artigo e a preocupação do estudo em analisar como se dá o processo de produção de sentido(s) e não em medir variáveis ou comparar processos tradutórios, não houve a pretensão de esgotamento da análise da tradução de todas as imagens que compõem a obra, mas de duas que possibilitassem vislumbrar potenciais produções de sentido(s), já que o estudo se detém a componentes que percorrem todo o texto. De modo geral, trata-se de um recorte intencional, próprio de pesquisas qualitativas de natureza interpretativa, que privilegiam a análise aprofundada de casos específicos em detrimento da abrangência quantitativa do corpus. Não se trata, portanto, de uma análise exaustiva, mas de uma investigação aprofundada de recortes significativos.

Como procedimento analítico, adotam-se como parâmetros as diretrizes do documento “Audiodescription for children”, do Royal National Institute of Blind People (2006), especialmente no que se refere à adequação da linguagem, à organização sintática, à quantidade de informação e ao uso de recursos sonoros. A análise consiste na descrição e interpretação dos excertos selecionados, buscando identificar, à luz do referencial teórico adotado, de que modo a audiodescrição contribui para a construção de sentidos e para a ampliação do acesso à literatura por crianças com deficiência visual.

Em “A Cinderela dos Cajueiros”, a famosa história da Cinderela dos contos de fadas é ressignificada, ganhando uma cor local bem brasileira e, mais especificamente, nordestina. Nesta história, Maria Flor, que é a personagem principal do livro, vê-se de forma parecida com a moça que perdeu um dos sapatinhos de cristal ao sair correndo de um baile quando deu meia-noite. Sua identificação se dá não apenas pelo fato de ajudar nas tarefas da casa, na colheita da castanha de caju

e na lida com os animais, mas também nos desejos de ter “um par novo de sandálias”. Em meio aos cajueiros, Maria Flor sonha em ser princesa, não aquela com um sapatinho de cristal, e sim com sandálias novas trazidas pelo pai da feira; seu castelo é, na verdade o cajueiro; já a orquestra de baile, um trio pé de serra.

Trata-se de um livro cuja personagem principal, a Cinderela dos cajueiros, insere-se em uma realidade disruptiva, ao recuperar traços do espaço do norte e do nordeste do Brasil, por vezes, invisibilizado, e, também, pelo fato de a obra contar com o recurso de audiodescrição, democratizando o acesso a esse universo cultural e representando um ponto de esperança em uma sociedade na qual a visão demonstra-se sentido principal, por vezes, exclusivo de acesso à semiose imagética.

Como no Brasil ainda não há parâmetros oficiais para a elaboração de audiodescrições voltadas especificamente ao público infantojuvenil, seja para imagens estáticas ou em movimento, embora estudos nacionais venham, desde 2009, propondo recomendações para esse público, o documento internacional “Audiodescription for children”, do Royal National Institute of Blind People (2006), elaborado em colaboração com a comunidade que atua diretamente com crianças cegas, é adotado como base para a análise deste material, por apresentar diretrizes sistematizadas e abrangentes nessa perspectiva, ainda que seu foco recaia predominantemente sobre imagens dinâmicas.

Dentre essas diretrizes, destacam-se algumas que consideramos centrais para a análise de “A Cinderela dos Cajueiros”: (1) a quantidade adequada de material descrito, tendo em vista que crianças podem ter dificuldade em reter um grande volume de informações; (2) o uso de linguagem simples e acessível, evitando-se estruturas sintáticas complexas que possam comprometer a compreensão global; (3) a presença de efeitos sonoros, que tanto adicionam camadas de sentido ao texto verbal quanto contribuem para o caráter lúdico da experiência; (4) a atenção à dimensão sonora da linguagem, com o emprego de recursos como rimas, aliterações e escolhas lexicais que explorem a musicalidade e despertem o interesse do público infantil. Ademais, ressalta-se que, conforme as recomendações do documento, a eventual presença de palavras menos familiares não constitui, por si só, um obstáculo, desde que a construção sintática mantenha-se clara e favoreça a compreensão do enunciado.

Ao adquirir os livros da Editora Elo, responsável pela produção e distribuição de “A Cinderela dos Cajueiros” e de outros títulos acessíveis, a audiodescrição pode ser acessada por meio de aplicativo próprio da editora. No entanto, a acessibilidade, nesse contexto, não se limita à disponibilização do recurso em si, devendo ser considerada desde as etapas iniciais de acesso à obra. Assim, aspectos como a usabilidade do site e do aplicativo, incluindo sua navegabilidade, clareza das instruções e compatibilidade com tecnologias assistivas, tornam-se centrais para avaliar, de forma mais ampla, o grau de acessibilidade do material.

Nesse sentido, observa-se que a plataforma apresenta navegação intuitiva e organização clara, o que tende a favorecer o acesso ao conteúdo. Ainda assim, considerando o público infantojuvenil, especialmente crianças com deficiência visual, é relevante ponderar em que medida esse acesso pode ocorrer de forma plenamente autônoma, sem a mediação de terceiros, uma vez que diferentes níveis de letramento digital e de familiaridade com tecnologias assistivas podem impactar a experiência de uso.

Antes do início da audiodescrição da materialidade do livro, uma voz feminina informa ao ouvinte sobre o aviso sonoro que indicará a mudança de página. Em seguida, são apresentadas notas introdutórias que, além de trazerem informações como título, autoria e ilustração, descrevem características gerais das imagens, como as cores predominantes amarelo e vermelho, em contraste com tons mais frios, como verde e branco. Também são mencionados o efeito esfumado dos desenhos, o uso de linhas retas no traçado dos personagens e os tons de pele representados, que variam entre amarelados e avermelhados.

No que se refere à dimensão sonora da audiodescrição, observa-se que a escolha de uma voz feminina, com entonação clara e ritmo cadenciado, contribui para a organização da escuta e para a inteligibilidade das informações. Considerando que a audiodescrição se realiza primordialmente pela via auditiva, a qualidade da narração não constitui um elemento acessório, mas parte integrante da construção de sentidos. Nesse contexto, a locução analisada mostra-se adequada ao público infantojuvenil, favorecendo uma escuta engajada. Tal aspecto reforça a compreensão da audiodescrição como prática multissemiótica, na qual roteiro e performance vocal atuam de forma indissociável na mediação entre imagem e linguagem. Em seguida, passa-se à descrição da capa.

Ao considerar que a capa é o primeiro contato do leitor com um livro, esta mesma importância deve ser dada para a AD do projeto gráfico que se materializa na constituição deste elemento, cuja única fonte de informação para o leitor é por meio da imagem. É na capa que a personagem principal, a Cinderela dos cajueiros, é apresentada pela primeira vez com todas suas características físicas, como “menina de pele avermelhada e cabelos pretos espetados”, além de “olhos grande pretos, nariz largo amarelado e boca pequena” (Rodrigues, 2022, p. 2).

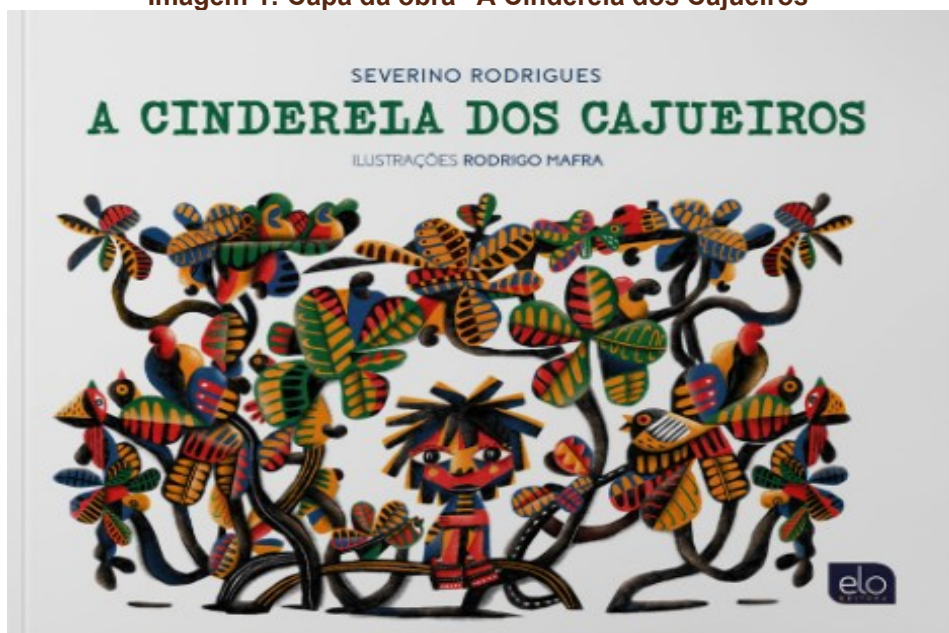
No entanto, não há nenhuma informação sobre suas expressões faciais, que poderiam ser deduzidas da história, como “triste”, “cabisbaixa”, o que indicaria a materialização da interpretação do audiodescritor/a no processo tradutório. Por outro lado, há a descrição de cores em todas as audiodescrições presentes no livro, o que consideramos uma qualidade da produção deste roteiro, uma vez que a ilustração é bastante colorida e transferir esta característica para a AD é uma forma de permitir com que o ouvinte construa sentidos e universos simbólicos em relação às cores.

A esse respeito, é válido destacar que mesmo cegos congênitos, que não possuam uma memória visual das cores por nunca terem enxergado, podem atribuir sentido(s) a esses elementos visuais a partir de outras vias sensitivas. Trazer essa possibilidade à tona, ao mencionar as cores em uma audiodescrição, é uma forma de questionar o ocularcentrismo vigente, no que se refere ao privilégio da visão em detrimento de outros sentidos, como explica Oña (2019). Entende-se, ainda, que, para leitores cegos que tenham acesso à audiodescrição de “A Cinderela dos Cajueiros”, considerar que as cores podem ser acessadas por vias sensitivas outras, que não a visual, também é uma forma de expansão interpretativa, com base em Marins (2023), já que a leitura dessa materialidade passa a ser tangível de maneiras outras.

Há, também, a descrição da ambientação da história, que é muito caracterizada pela presença do cajueiro, como “O cajueiro gigantesco tem galhos escuros torcidos e entrelaçados uns aos outros.

Há folhas arredondadas cheias de ranhuras e de cores diferentes: azul, verde, amarela e vermelha [...] Passarinhos coloridos estão pousados nos galhos próximos aos cajus” (Rodrigues, 2022, p. 2). Outra característica importante desta AD é a adaptação ao universo linguístico da criança, pois, quando a audiodescrição traz a complementação de que “Entre as folhas, notam-se cajus também coloridos e com a ponta curvada, que é castanha de caju” (Rodrigues, 2022, p. 2), ou seja, dizer que a ponta curvada no caju é a castanha de caju aproxima a criança de uma fruta que ela pode não conhecer ou mesmo não associar que a castanha de caju é uma parte da fruta. O uso recorrente de adjetivos, como “gigantesco”, neste momento, também é uma forma de expandir a interpretação e a imaginação da criança, o que fará com que ela construa imagetivamente um cajueiro que está envolvendo a personagem na capa. A seguir, apresentamos a imagem da capa, acompanhada de sua audiodescrição transcrita:

Imagem 1: Capa da obra “A Cinderela dos Cajueiros”



AD: sobre fundo branco, uma menina de pele avermelhada e cabelos pretos espetados está sentada em um tronco horizontal de um cajueiro enorme. Ela está com as pernas flexionadas e o braço esquerdo em volta dos joelhos. A menina tem olhos grande pretos, nariz largo amarelado e boca pequena. Ela usa camiseta de listras horizontais pretas e amarelas, colete e bermuda azuis e sandálias quadradas que tem duas tiras horizontais pretas sobre o peito dos pés. O cajueiro gigantesco tem galhos escuros torcidos e entrelaçados uns aos outros. Há folhas arredondadas cheias de ranhuras e de cores diferentes: azul, verde, amarela e vermelha. Tudo junto e misturado. Entre as folhas, notam-se cajus também coloridos e com a ponta curvada, que é castanha de caju. Passarinhos coloridos estão pousados nos galhos próximos aos cajus. No rodapé direito, destaca-se o logotipo da Elo editora. Fim da descrição da imagem.

Fonte: Rodrigues (2022).

Ao retomar os parâmetros propostos pelo “Audiodescription for children”, do Royal National Institute of Blind People (2006), o trabalho de audiodescrição presente na capa de “A Cinderela dos Cajueiros” atende tanto à quantidade adequada de material descrito – embora possa parecer um número significativo de referências descritas, a ilustração é bastante rica em informações visuais – quanto atende, de uma forma geral, à utilização de uma linguagem simplificada – com exceção de

“flexionadas”, “ranhuras” e “logotipo”, que podem não pertencer ao universo linguístico da criança a depender de sua idade.

No que se refere à organização sintática, observa-se que a audiodescrição privilegia construções relativamente simples, com períodos curtos, o que favorece o processamento da informação pelo público infantil. A progressão descritiva ocorre com a apresentação sucessiva de elementos: primeiro a personagem, em seguida suas características físicas e vestimentas, e posteriormente o ambiente, contribuindo para a construção gradual da imagem mental. Ainda que haja momentos de maior densidade sintática, como na enumeração de características (“olhos grandes pretos, nariz largo amarelado e boca pequena”), tais construções não comprometem a inteligibilidade do texto.

Outra imagem selecionada para esta análise é a que traz quatro cabras nas proximidades de um cajueiro. A escolha dessa página em detrimento das demais se dá também pelo interesse deste trabalho em trazer à tona elementos característicos do norte e do nordeste brasileiro. Ao depararem-se com a imagem desses animais, não tão comuns em outras regiões do Brasil, os pequenos leitores passam a ter contato não somente com aspectos culturais, mas também geográficos deste espaço – como a fauna e a flora. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2022, enquanto estados como Bahia e Pernambuco contam com rebanhos com mais de três milhões de cabras, Amapá e Rondônia e o Distrito Federal limitam-se a menos de dez mil animais dessa espécie.

A imagem em questão tem como pano de fundo uma chuva, que, além de audiodescrita, também é traduzida a partir de um efeito sonoro, que aproxima os leitores cegos da situação narrada. A nuvem de chuva é apresentada como “nuvem enorme que envolve os galhos escuros, retorcidos e entrelaçados do enorme cajueiro” (Rodrigues, 2022, p. 6) e, em seguida, as folhas do cajueiro e os cajus são novamente mencionados, como ocorre na audiodescrição da imagem de capa, sem suprimir as cores.

Embora os recursos sonoros apresentados a leitores cegos não acrescentem informações distintas das que se observa a partir da semiose imagética, o efeito que provocam possibilita que esse público tenha um contato mais próximo com a chuva, o que é feito, aos enxergantes, significativamente a partir da via visual. Expandem-se, portanto, as possibilidades de percepção do espaço narrativo em questão, que deixa de ser acessado exclusivamente a partir do sentido da visão e dá lugar à via sensitiva auditiva. Assim, considera-se uma expansão de interpretações, pois, ao contrário dos leitores enxergantes, o público cego acessa a dimensão imagética – audiodescrita – acrescida de uma dimensão sonora que lhes possibilita outras inferências.

Três cabras aparecem abrigadas embaixo do cajueiro, sendo que uma delas está sobre um galho. Esta é descrita como “uma cabra de cara branca, chifres vermelhos, olhos pretos e focinho também vermelho” (Rodrigues, 2022, p. 6), e, também, se menciona a posição do animal, que “está com as patas dianteiras cruzadas diante dela e olha para nós” (Rodrigues, 2022, p. 6). Além de possibilitar o acesso às cores, que é um aspecto esperado em uma audiodescrição e que se realiza com êxito nas imagens analisadas, o uso da expressão “olha para nós” produz um efeito de aproximação entre obra e público. Tal escolha pode ser compreendida à luz de recomendações

voltadas à audiodescrição para o público infantil, que admitem o uso da primeira pessoa do plural como estratégia de engajamento e proximidade. Nesse sentido, ao sugerir que as cabras “olham para nós”, a narração não apenas descreve a cena, mas posiciona o ouvinte em relação direta com a imagem, favorecendo uma experiência mais imersiva e dialógica para leitores cegos.

Nesse sentido, observa-se que a proximidade entre a obra e os leitores cegos é dada pelo uso de palavras mais simples, acessíveis ao público infanto-juvenil de modo geral, e que visam a possibilitar o acesso às imagens pela via auditiva, atendendo às recomendações do guia internacional “Audiodescription for children”, do Royal National Institute of Blind People (2006), e, ainda, pela posição em que são colocados, diante do livro, onde deseja estar qualquer leitor que se volte a uma obra como “A Cinderela dos Cajueiros”. Para além da compreensão e da interpretação da história, em termos de enredo, deve-se reforçar a ideia de que obras literárias como essa são, igualmente, uma manifestação artística, que, por sua vez, é passível de contemplação.

Para tanto, pessoas cegas precisam também estar próximas da obra – e não somente da semiose verbal que a integra. O uso do pronome pessoal de primeira pessoa do plural, “nós”, indica que as imagens estão diante de qualquer pessoa que queira contemplá-las, sendo oferecido, assim, recurso adequado para que isso se torne tangível a pessoas cegas, por vezes, privadas do acesso à semiose imagética, haja vista o fenômeno do ocularcentrismo que permeia práticas sociais e discursivas nos mais diversos contextos.

Seguidamente, os chifres das cabras são descritos como sendo “pontudos e de listras horizontais”. Seu semblante é constituído, conforme a audiodescrição, por “olhos pequenos pretos, focinho comprido e uma barbicha bem longa”. Os pelos dos animais são audiodescritos como “mesclados de jeitos e cores diferentes: vermelho, amarelo, branco e preto” (Rodrigues, 2022, p. 6). Observa-se que não se diz de maneira exata em que lugares do corpo das cabras essas cores fazem-se presentes, o que, possivelmente, tornaria a audiodescrição longa e, quiçá, cansativa ao público-alvo dessa obra literária. Dessa forma, crianças e adolescentes cegos ficam livres para imaginarem as cabras a seu modo, o que se coaduna a um movimento de expansão interpretativa, conforme o explica Marins (2023).

A seguir, apresenta-se a imagem analisada, acompanhada da transcrição de sua audiodescrição disponível no aplicativo da Elo editora:

Imagem 2: Capa da obra “Cinderela dos Cajueiros”



AD: A chuva é forte. No centro da página, há uma nuvem enorme que envolve os galhos escuros, retorcidos e entrelaçados do gigantesco cajueiro. Nas pontas dos galhos do cajueiro, há folhas arredondadas e com ranhuras e com cajus de pontas curvas pendurados nelas. Cada um tem uma cor diferente e em tons fortes, como amarelo, preto, branco e vermelho. Em cima de um dos galhos da esquerda, nota-se uma cabra de cara branca, chifres vermelhos, olhos pretos e focinho também vermelho. A cabra está com as patas dianteiras cruzadas à frente dela e olha para nós. No chão, há mais três cabras, que se refugiam lado a lado, debaixo do cajueiro, e que também olham para nós. Elas têm chifres pontudos e de listras horizontais, olhos pequenos pretos, focinho comprido e uma barbicha bem longa. Os pelos das cabras são mesclados de jeitos e cores diferentes: vermelho, amarelo, branco e preto. Só os cascos das quatro cabras são da mesma cor: vermelho. Fim da descrição da imagem.

Fonte: Rodrigues (2022).

No que se refere à organização sintática, a audiodescrição apresenta um equilíbrio entre períodos curtos e estruturas levemente mais complexas, mantendo, no entanto, a clareza global do enunciado. Ao longo do texto, observa-se a predominância de construções lineares e de enumerações descritivas, como na caracterização das cabras (“chifres pontudos e de listras horizontais, olhos pequenos pretos, focinho comprido e uma barbicha bem longa”), o que facilita a construção da imagem mental. Além disso, a repetição de estruturas sintáticas semelhantes (“olha para nós” / “também olham para nós”) contribui para o efeito de proximidade entre a cena e o ouvinte.

Pode-se dizer, com base nessa segunda audiodescrição analisada, que, novamente, os parâmetros do guia internacional “Audiodescription for children”, do Royal National Institute of Blind People (2006) são atendidos, pela descrição da maior parte dos elementos visuais presentes na página, bem como pelo uso de linguagem simples. Esta se adéqua ao público em questão e, especificamente em se tratando do uso do pronome “nós”, ao dizer que as cabras “olham para nós”, despreza a ideia de neutralidade incumbida ao uso exclusivo de terceira pessoa e coloca os leitores cegos em um lugar que lhes é de direito: o de leitores.

Considerações finais

Com base na análise aqui empreendida, pode-se dizer que, nos excertos analisados, a obra “A Cinderela dos Cajueiros” apresenta estratégias que favorecem o acesso de leitores não enxergantes à

materialidade verbo-visual do livro. Ainda que o trabalho tenha se concentrado em um recorte específico do corpus, balizado pela extensão do artigo e das escolhas metodológicas adotadas para a pesquisa, foi possível identificar uma preocupação em tornar os elementos visuais tangíveis por meio da audiodescrição e de recursos sonoros, contribuindo para a ampliação das possibilidades de construção de sentidos. Trata-se, portanto, de uma análise qualitativa de caráter interpretativo, que não pretende esgotar o objeto, mas oferecer uma leitura aprofundada de aspectos significativos da prática audiodescritiva na obra.

A menção às cores e o fato de leitores cegos serem colocados, literalmente, diante do livro e da verbo-visualidade que o caracteriza configuram um movimento expressivo em busca de uma ecologia de saberes, em que maneiras outras de ler e de perceber a realidade são consideradas, para além dos privilégios cedidos a pessoas enxergantes, em uma sociedade conjunturalmente tangenciada pelo ocularcentrismo, de raízes colonialistas. Desse modo, a obra em análise mostra-se disruptiva e alinhada à valorização das chamadas epistemologias do Sul.

A AD analisada amplia a história a partir da narração das imagens, seja em relação à caracterização dos personagens, seja em relação à ambientação. Isso porque estes são aspectos que não estão apenas presentes nas palavras, mas nas ilustrações que compõem o livro e na própria interpretação do/a audiodescritor/a. A utilização dos efeitos sonoros e de uma linguagem adequada promove expansões de sentido, de perspectivas e de experiência sensorial não apenas para leitores cegos, como para qualquer leitor que deseja viver uma experiência artística com a literatura.

Mais uma vez, o trabalho de audiodescrição mostra-se mais do que mera transposição de sentidos e de sistema de signos, pelo contrário: envolve uma maneira subversiva de compreensão da deficiência como o lugar da diversidade, e não da falta. Destaca-se, por fim, um caminho aberto a investigações vindouras cujo interesse esteja em analisar tanto o processo tradutório na prática audiodescritiva, como também as possibilidades de produção de sentido(s) proporcionadas pelas obras traduzidas, de modo a cooperar com a garantia do direito de acesso à literatura a todos os corpos.

Fontes

RODRIGUES, Severino. *A Cinderela dos cajueiros*. São Paulo: Elo Editora, 2022.

Referências

ARROJO, Rosemary. *Oficina de tradução: a teoria na prática*. São Paulo: Ática, 2006.

ABA. Comitê Deficiência e Acessibilidade. Contracartilha de acessibilidade. *Associação Brasileira de Antropologia*, 2020. Disponível em: <https://encurtador.com.br/ZxRU>. Acesso em: 14 jul. 2026.

BERMAN, Antoine. *A tradução e a letra: ou o albergue do longínquo*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. *Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Diário Oficial da União, 2015.

COELHO, Nelly Novaes. *A literatura infantil*. São Paulo: Quíron, 1987.

COITO, Roselene de Fátima. A ilustração: da representação como interpretação do simbólico. *Revista da ABRALIN*, v. 14, n. 2, p. 149-167, jul./dez. 2015.

- COSTA, Maria da Penha Casado Alves. *Audiodescrição: transformando imagens em palavras*. Curitiba: CRV, 2014.
- ENAP. *Introdução à Audiodescrição*. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública; Diretoria de Educação Continuada, 2020.
- FERRARI, Luciana. Deficiência, linguagem e decolonialidade: e se pensássemos o mundo a partir da deficiência? In: IFA, Sérgio; MENICONI, Flávia Colen; NASCIMENTO, Ana Karina (Orgs.). *Linguística aplicada na contemporaneidade: práticas decoloniais, letramentos críticos e discurso no ensino de línguas*. Campinas: Pontes, 2023, p. 68-87.
- JAKOBSON, Roman. Aspectos linguísticos da tradução. In: JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 2003, p. 63-72.
- LINCOLN, Yvonna; GUBA, Egon. Controvérsias paradigmáticas, contradições e confluências emergentes. In: DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna (Orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006, p. 169-192.
- MARINS, Lilian Cristina. Dos sentidos ao multissensorial: a audiodescrição como prática de leitura. *Revista de Literatura, História e Memória*, v. 19, n. 34, p. 126-151, 2023.
- NUNES, João Arriscado. O resgate da epistemologia. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009, p. 215-242.
- OÑA, Lenin Carrera. *Ocularcentrismo: cuando el sentir supera al ver*. Quito: Casa Andina, 2019.
- PLAZA, Julio. *Tradução intersemiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- PRAXEDES FILHO, Pedro Henrique Lima; ARAÚJO, Vera Lúcia Santiago; CLAUDINO, Kethleen de Almeida. Avaliação de roteiros de audiodescrição: uma proposta via interface entre os estudos da tradução e a linguística sistêmico-funcional. *Letras e Letras*, v. 35, n. 2, p. 34-61, 2019.
- PRAXEDES FILHO, Pedro Henrique Lima; SANTOS, Sâmia Araújo dos; FARIAS JÚNIOR, Lindolfo Ramalho. Tendência de assinatura avaliativa: um estudo de caso exploratório em roteiro de audiodescrição de peça de teatro. *Entrepalavras*, v. 7, n. 2, p. 243-265. 2017.
- ROYAL NATIONAL INSTITUTE OF BLIND PEOPLE. Audiodescription for children. *RNIB*, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/4f4Nnzs>. Acesso em: 03 jul. 2026.
- SÁ, Luana Rodrigues da Silva. Audiodescrição em livros e publicações curtas. In: SÁ, Luana Rodrigues de Sá; HUBERT, Lídia; NUNES, Jader de Sousa (Orgs.). *Introdução à audiodescrição*. Brasília: ENAP, 2020, p. 5-8.
- SILVA, Manoela Cristina Correia Carvalho da. Para além do visível: princípios para uma audiodescrição menos visocêntrica. 238f. Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.
- SOUSA SANTOS, Boaventura de. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009, p. 23-72.
- TURCHI, Maria Zaira. O estatuto da arte na literatura infantil e juvenil. In: SILVA, Vera Maria Tietzman (Org.). *Literatura Infanto-Juvenil: leituras críticas*. Goiânia: Editora da UFG, 2002, p. 23-31.
- ZILBERMAN, Regina. O estatuto da literatura infantil. In: ZILBERMAN, Regina. *A literatura infantil na escola*. São Paulo: Global, 2003, p. 33-59.